CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 5 – Número 0310 – 03/07 à 07/07/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

STF fixa prazo para Congresso Nacional criar fundo de execuções trabalhistas

Supremo Tribunal Federal - 07/07/2023

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou o prazo de 24 meses para que o Congresso Nacional edite lei criando o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget). A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 30/6, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 27, ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). O prazo começa a contar a partir da data de publicação do acórdão do julgamento.

Quitação de dívidas

Segundo o artigo 3º da Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004), o Funget, a ser criado por lei, deve ser integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e da fiscalização do trabalho, além de outras receitas. Seu objetivo é assegurar o pagamento dos créditos reconhecidos pela Justiça do Trabalho, em caso de não quitação da dívida pelo devedor na fase da execução.

Eficiência das execuções

No voto pela procedência do pedido, a relatora, ministra Cármen Lúcia, considerou que a falta de aprovação do projeto de lei sobre a matéria configura quadro de omissão inconstitucional do Poder Legislativo em relação ao Funget, mecanismo que pode contribuir para a eficiência das execuções trabalhistas.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

STF mantém jornada de 12x36 por meio de acordo individual escrito

Supremo Tribunal Federal - 06/07/2023

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve regra da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que permite a adoção da jornada de trabalho de 12 horas, com 36 horas ininterruptas de descanso, por meio de acordo individual escrito entre o empregador e o trabalhador, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

STF invalida dispositivos da Lei dos Caminhoneiros sobre tempo de espera, jornada e descanso

Supremo Tribunal Federal - 05/07/2023

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais 11 pontos da Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015), referentes a jornada de trabalho, pausas para descanso e repouso semanal. Na mesma decisão, outros pontos da lei foram validados, como a exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais.

Cristiano Zanin é oficialmente nomeado ministro do STF

Supremo Tribunal Federal - 05/07/2023

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (5) o decreto de nomeação, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de Cristiano Zanin Martins para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski. A posse do novo ministro foi marcada para o dia 3 de agosto, pela presidente do STF, ministra Rosa Weber.

Justiça do Trabalho recebe mensalmente cerca de seis mil ações por assédio moral

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2023

A Justiça Trabalhista recebe, em média, 6,4 mil ações relacionadas a assédio moral no trabalho por mês. O cálculo considera o volume de processos iniciados em 2022, quando foram ajuizadas 77,5 mil ações trabalhistas com essa temática em todo o país.

Revista do Programa Trabalho Seguro seleciona artigos jurídicos para primeira edição

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2023

Está aberto o processo seletivo para publicação de artigos jurídicos na primeira edição da Revista do Programa Trabalho Seguro. A publicação é uma iniciativa do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho. Os textos devem ser enviados para o e-mail apoio.programas@tst.jus.br até o dia 31 de julho. Os artigos podem ser escritos em coautoria.

Rede de lanchonetes não pode dar tarefas perigosas a adolescentes

Tribunal Superior do Trabalho - 05/07/2023

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda. (rede McDonald's) a não exigir de trabalhadores menores de idade tarefas como limpar áreas comuns e sanitários e operar chapas e fritadeiras, consideradas de risco à saúde e, portanto, incompatíveis com a proteção constitucional ao adolescente. A empresa também foi condenada a pagar R$ 2 milhões de indenização por danos morais coletivos.

Auxiliar de frigorífico receberá horas extras por prorrogação de jornada

Tribunal Superior do Trabalho - 04/07/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou inválido o acordo coletivo que previa a compensação de jornada em atividade insalubre na FRS S.A. - Agro Avícola Industrial, de Passo Fundo (RS), sem autorização prévia do Ministério do Trabalho. Com isso, a empresa terá de pagar horas extras a uma auxiliar de produção. Conforme o colegiado, a norma coletiva não pode estipular a prorrogação da jornada, porque o direito é inegociável.

Siderúrgica é responsabilizada por câncer de operador exposto a amianto

Tribunal Superior do Trabalho - 03/07/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade civil das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas) pelo desenvolvimento de câncer de faringe e garganta em um empregado que trabalhava em constante exposição à poeira do amianto. A decisão se baseia, entre outros fundamentos, no fato de a legislação reconhecer o nexo técnico-epidemiológico entre a exposição ao amianto e o desenvolvimento de várias patologias, entre elas neoplasias malignas.

Inscrições abertas para o Seminário Trabalho Decente

Tribunal Superior do Trabalho - 03/07/2023

Com o objetivo de discutir formas de promover o trabalho decente no Brasil e maneiras de erradicar o trabalho infantil, os programas institucionais da Justiça do Trabalho (Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil) promoverão o seminário "Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de Saúde e Segurança, Equidade, Proteção à Infância e Erradicação do Trabalho Infantil". O evento será realizado entre os dias 1º e 3 de agosto, no edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

Notícias do Executivo

Governo Federal institui igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/07/2023

Reivindicação histórica das mulheres, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta segunda-feira (3), a Lei da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre mulheres e homens. A iniciativa faz parte das ações do 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, e das políticas públicas do Ministério das Mulheres e do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se do primeiro projeto de lei aprovado de autoria do atual governo.

Previdencial Social reestrutura INSS e viabiliza recorde de produtividade: 860 mil pedidos concluídos em junho

Ministério da Previdência Social - 06/07/2023

Iniciada em janeiro com a recriação do Ministério da Previdência Social, a reestruturação do INSS é prioridade e já proporcionou o recorde histórico de produtividade: 860 mil pedidos concluídos em junho. A análise estratégica dos dados ocorreu nesta quinta-feira (6), em Belo Horizonte (MG), ao longo da reunião do ministro Carlos Lupi e do novo presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto, com os superintendentes regionais.

Ministro Lupi apresenta Portal da Transparência Previdenciária e prevê redução de prazo de análises para até 45 dias

Ministério da Previdência Social - 05/07/2023

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, apresentou o Portal da Transparência

Previdenciária na manhã desta quarta-feira (5), durante coletiva de imprensa que ocorreu no auditório da sede do INSS, em Brasília. O Objetivo do novo projeto é dar ampla transparência aos dados e números gerenciais do INSS e da perícia médica federal, garantindo que toda a sociedade possa acompanhar o resultado do trabalho que tanto o ministério quanto o INSS vêm desenvolvendo com o objetivo de acelerar a análise de benefícios e reduzir filas.

Perícia Médica Federal realiza mutirões em oito estados brasileiros

Ministério da Previdência Social - 04/07/2023

O Departamento de Perícia Médica Federal do Ministério da Previdência Social realiza, até agosto deste ano, mutirões de atendimento em oito estados brasileiros – Rondônia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A forma extraordinária de trabalho tem o objetivo de diminuir o tempo que os segurados esperam pelo atendimento pericial. Ao todo, serão disponibilizadas 2.325 vagas.

Discussão sobre agentes químicos das NRs 9 e 15 avança

Fundacentro - 05/07/2023

Grupo de Trabalho Tripartite discutiu os anexos de agentes químicos e agentes químicos cancerígenos da NR 9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais aos Agentes Físicos, Químicos e Biológicos) e os anexos 11, 12 e 13 da NR 15 (Atividades e Operações Insalubres), também relacionados a agentes químicos, de 27 a 29 de junho, na Fundacentro, em São Paulo/SP. A previsão é que o texto seja finalizado em maio de 2024.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Saúde mental: MPT leva palestra sobre consequências do assédio no trabalho a cerca de 120 adolescentes aprendizes

Ministério Público do Trabalho - 06/07/2023

As consequências do assédio moral e sexual no trabalho e a importância da preservação da saúde mental foram assuntos de palestra ministrada pelo procurador do MPT Rodrigo Alencar, na última terça-feira (4), em uma faculdade particular de Maceió. Desta vez, o tema – de atuação e de grande preocupação do Ministério Público do Trabalho - foi direcionado a quem dá os primeiros passos rumo ao mercado de trabalho: os adolescentes aprendizes.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Em entrevista para Folha, Auditor fala de PL que responsabiliza cadeia produtiva em caso de violação de direitos humanos

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/07/2023

O Auditor-Fiscal do Trabalho e diretor do SINAIT Lucas Reis, mestre em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, discorreu sobre o Projeto de Lei (PL) nº 572/2022, durante entrevista à Folha de São Paulo, publicada neste domingo, 2 de julho. A proposta estende a responsabilidade por violações de direitos humanos a toda a cadeia de produção. De acordo com o projeto, as organizações devem cumprir todas as normas internacionais e nacionais que proíbem o trabalho em condições análogas às de escravo, entre outras obrigações sociais e ambientais.

Outras Notícias

Caminhos para a efetiva igualdade salarial e de critérios remuneratórios

Consultor Jurídico - 07/07/2023

No dia 3 de julho, o presidente da República sancionou a Lei nº 14.611, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres. Além disso, trouxe alteração no artigo 461 da CLT, inserindo os parágrafos 6º e 7º, o primeiro para assegurar o direito às diferenças salariais e o segundo para dispor sobre multa administrativa quando constatado hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade.

Inadimplência das verbas rescisórias e o dano moral in re ipsa

Consultor Jurídico - 07/07/2023

O contrato de trabalho possui regência peculiar, sofrendo influências de vários outros ramos do Direito, como o Direito Civil, Direito Contratual, Direito Processual Civil e, inclusive, do Direito do Consumidor.

Injúria racial praticada por superior leva empresa a pagar indenização

Consultor Jurídico - 06/07/2023

A prática de ato ilícito por preposto de empresa é circunstância suficiente para ensejar a condenação da empregadora ao pagamento de indenização por danos morais. Dessa forma, a juíza Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan, da Vara do Trabalho de Indaiatuba (SP), condenou uma companhia de saneamento e infraestrutura ao pagamento de R$ 10 mil a um ex-empregado vítima de injúria racial. Nos autos, o

trabalhador relatou que, quando ele pediu a troca de um calçado, o responsável pela segurança do trabalho da empresa, que negou o pedido, exaltou-se e o chamou de "negão".

Férias: pode haver convocação para prestar serviços nesse período?

Consultor Jurídico - 06/07/2023

Com a chegada do mês de julho, muitas pessoas se programam para usufruir das férias visando ao descanso, à desconexão com o trabalho, ao alívio da fadiga e à recuperação do estresse mental, assim como também para desfrutar do convívio familiar em razão do recesso escolar que acontece nessa mesma época.

Negociação sindical prévia nas dispensas coletivas: solução ou agravamento?

Consultor Jurídico - 04/07/2023

Desde o último semestre do ano passado, multiplicam-se as notícias sobre dispensas coletivas praticadas em diferentes países, atingindo milhares de empresas e trabalhadores. Grande parte destas dispensas decorre de uma combinação entre mau planejamento e perda de receitas decorrentes de um período de grande instabilidade econômica, resultado de um desafiador período pós-pandemia e de tensões políticas e militares. O Brasil não está imune a esta lamentável realidade.

TNU revisa tese sobre direito de celetistas ao benefício do seguro-desemprego

Consultor Jurídico - 04/07/2023

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) decidiu, por unanimidade, em juízo de adequação, conhecer do pedido de uniformização sobre direito de celetistas ao seguro-desemprego e dar provimento, nos termos do voto da juíza relatora, com a revisão de tese.

Acusada de furto sem provas, empregada obtém rescisão indireta

Consultor Jurídico - 03/07/2023

Sentença proferida na 1ª Vara de Trabalho de São Vicente-SP converteu para rescisão indireta o pedido de demissão de uma trabalhadora acusada de furtar um celular no condomínio em que exercia suas funções. A profissional provou que a acusação,

combinada a outros episódios de assédio moral, tornou insustentável sua permanência na empresa.

TST: Eletronorte não responde por débitos trabalhistas de tercerizada

Migalhas - 09/07/2023

A 4ª turma do TST afastou responsabilidade subsidiária da Eletronorte por débitos de empresa terceirizada em ação trabalhista. Colegiado aplicou entendimento do STF que veda a responsabilização automática da administração pública, "só cabendo sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos".

Doença ocupacional: Ex-empregado com hérnia receberá pensão vitalícia

Migalhas - 08/07/2023

Empregador foi condenado a pagar verbas trabalhistas, danos morais, emergentes e pensão vitalícia a ex-empregado que desenvolveu hérnia de disco como doença ocupacional. Decisão é da juíza do Trabalho substituta Walkiria Aparecida Ribeiro da vara do Trabalho de Indaiatuba/SP que considerou haver nexo causal entre a doença e o labor, após análise do laudo pericial.

Homem que laborou por mais de 30 dias em aviso prévio será indenizado

Migalhas - 08/07/2023

"Conforme estabelecido na Nota Técnica 184/12, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o aviso-prévio proporcional dá-se em benefício do trabalhador, de forma que o período trabalhado de aviso não pode ser superior a 30 dias". Com esse entendimento, a juíza do Trabalho Hadma Christina Murta Campos, em sua atuação na 6ª vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, condenou duas empresas do ramo de transportes a pagar a um ex-empregado novo aviso-prévio indenizado e proporcional de 42 dias.

STJ: Contrato nulo não afasta dever de pagar por serviço prestado

Migalhas - 07/07/2023

Para a 2ª turma do STJ, na hipótese de contrato verbal sem licitação, o poder público tem a obrigação de indenizar a prestação de serviços, ainda que eles tenham sido subcontratados e realizados por terceiros, desde que haja provas da subcontratação e de que os serviços terceirizados tenham revertido em benefício da administração pública.

Mantida justa causa de trabalhador que foi a estádio durante licença

Migalhas - 05/07/2023

Empregado foi dispensado por justa causa por ter ido a estádio de futebol durante período de afastamento médico por covid-19. A 16ª turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região manteve a sentença de primeiro grau que referendou a penalidade.

Gilmar Mendes cassa acórdão que impedia terceirização de atividade-fim

Migalhas - 05/07/2023

Ministro Gilmar Mendes julgou procedente reclamação e cassou acórdão, determinando que outro seja proferido, observando-se o entendimento do STF firmado na ADPF 324, processo no qual a Corte decidiu pela licitude de terceirização em todas as atividades empresariais.

Advogado pode atuar como dativo em procedimento arbitral trabalhista

Migalhas - 05/07/2023

Não há, a priori, qualquer vedação ética em um Tribunal Arbitral indicar advogado integrante ou não da instituição arbitral (independentemente se integrante do corpo diretivo, ou lista de árbitros), como advogado dativo em arbitragem trabalhista ou outra demanda. A nomeação, com ou sem custos, não viola preceito ético por si só. Assim entendeu a 1ª turma do TED da OAB/SP. Todavia, segundo o colegiado, algumas balizas e premissas devem ser respeitadas.

Seconci-Rio treina mulheres do Projeto Mão na Massa sobre NR-18

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/07/2023

O Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio) recebeu no dia 29/06 cerca de 70 mulheres de Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do Projeto Mão na Massa para treinamento sobre a NR-18, com foco na prevenção de acidentes nas obras.

Seconci-Rio ministra treinamento de NR-35 para auditores do trabalho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/07/2023

O Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio) realizou no último dia 30/06 um treinamento especial de NR-35 – Trabalho em Altura para auditores fiscais do trabalho. A iniciativa faz parte do compromisso do Seconci-Rio de estar em dia com a legislação de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e levá-la à realidade do setor, facilitando a sua aplicação.

Atos Normativos

LEI Nº 14.611, DE 3 DE JULHO DE 2023 (DOU de 04/07/2023 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

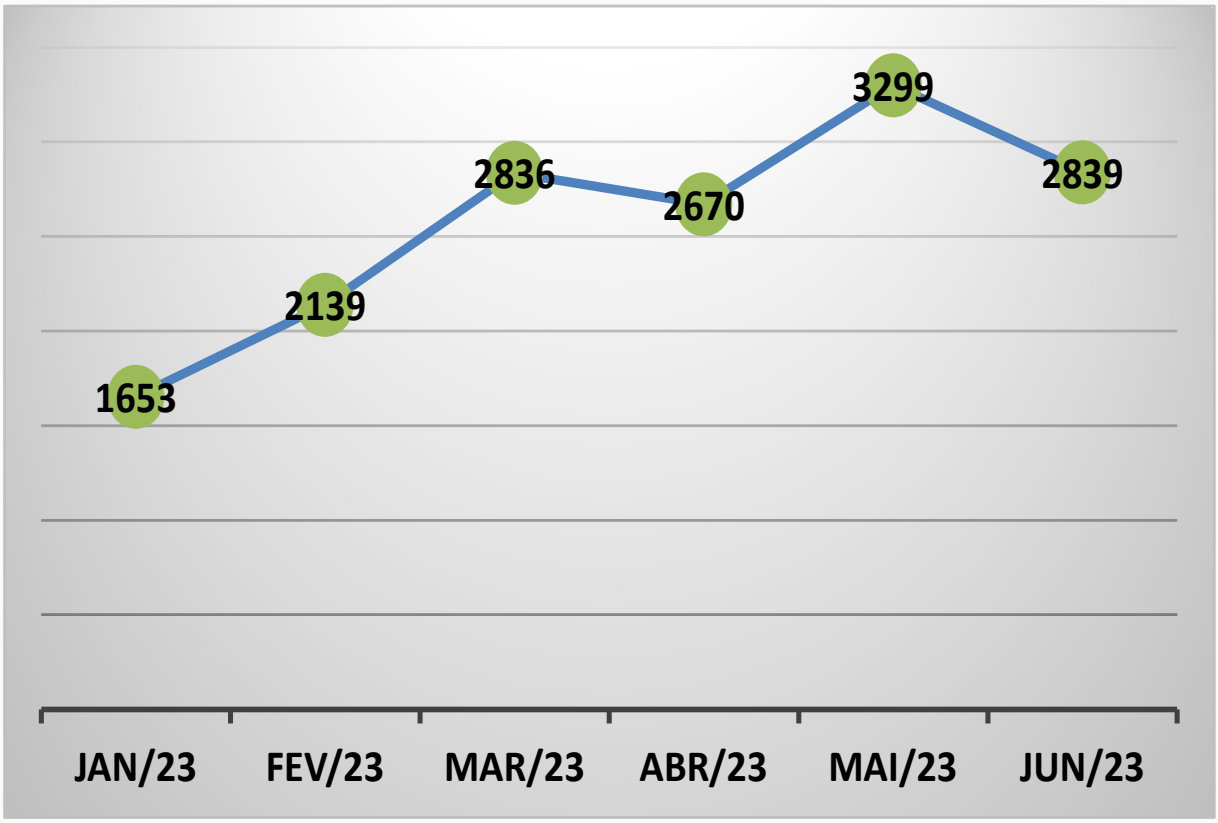
CIRCULAR Nº 1.021, DE 3 DE JULHO DE 2023 (DOU de 05/07/2023 Seção I Pág. 61) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

DECRETO DE 4 DE JULHO DE 2023 (DOU de 05/07/2023 Seção II Pág. 01) – Nomeia CRISTIANO ZANIN MARTINS, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Enrique Ricardo Lewandowski;

PORTARIA MPS Nº 2.360, DE 30 DE JUNHO DE 2023 (DOU de 06/07/2023 Seção III Pág. 84) - Regulamenta a concessão dos perfis de acesso ao módulo de administração do eSocial no âmbito do Ministério da Previdência Social.

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da legislação trabalhista (exceção normas de SST) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-mai):
:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula